

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 662 - Brasília, terça-feira, 31 de março de 1998

Conferência explica Comunidade Solidária

As estratégias para obter verbas do programa Comunidade Solidária serão debatidas hoje à tarde, durante teleconferência destinada a prefeitos e vereadores. A organização do evento está a cargo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). **Página 4**

Orçamento participativo em pauta na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá apreciar hoje projeto do senador Pedro Simon que prevê a participação popular na formulação do Orçamento da União. **Página 4**

Audiências públicas debaterão planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais patrocina encontros com representantes de médicos, hospitais, empresas de seguro-saúde e organizações de defesa do consumidor para discutir projeto de mudança no setor

O projeto de regulamentação dos planos e seguros de saúde será debatido hoje e amanhã em audiências públicas promovidas pela Comissão de Assuntos Sociais. Deverão participar das audiências representantes de médicos, hospitais, empresas de seguro-saúde e de organizações de defesa do consumidor, além de técnicos dos ministérios da Fazenda e da Saúde. O relator do projeto, senador Sebastião Rocha, pretende promover alterações no texto aprovado pela Câmara.

Caso as mudanças sejam acolhidas pelo Senado, o projeto terá de ser mais uma vez submetido à Câmara, antes de seu envio à sanção presidencial. Está prevista para hoje a participação de representantes da Federação Nacional de Seguros, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e da Associação Brasileira das Empresas de Medicina de Grupo. A audiência começa às 17 horas, na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). **Página 5**



Rocha sugeriu audiências



Benedita condena redução de maioria

A senadora Benedita da Silva condenou ontem a proposta de redução da maioria penal de 18 para 16 anos, prevista em quatro emendas constitucionais que tramitam no Senado. Para a senadora, a redução acabará por reduzir o alcance do Estatuto da Criança e do Adolescente, que não foi ainda integralmente colocado em prática. **Página 6**



Pouco antes de conceder uma audiência ao presidente do PFL, Jorge Bornhausen (foto), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que a reforma ministerial é assunto do presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem caberá escolher o representante do partido que passará a integrar o governo. Bornhausen classificou como "justa" a reivindicação da bancada do PFL de que um de seus senadores seja aproveitado no ministério. **Página 3**

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

14h - Teleconferência sobre estratégias de obtenção de recursos federais através do Programa Comunidade Solidária

15h30 - Presidência sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado Pauta: *PLC nº 5/98, que altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação, objeto do Anexo III da Lei nº 9.472/97, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8/95 (pareceres da CCJ e CAE já votados pelas comissões, dependendo de parecer da CI); *Projeto de Resolução nº 14/98-CN, que cria, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Espanha; *PLC nº 30/97, que transforma cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS na Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral; *PDL nº 96/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tropical de Itapeperica da Serra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapeperica da Serra, estado de São Paulo; *PDL nº 97/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Brasil Sociedade Limitada, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Valinhos, estado de São Paulo; *PDL nº 99/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Brasil de Adamantina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Adamantina, estado de São Paulo; *PDL nº 136/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rede Tocantins de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Nacional, estado do Tocantins; e *Mensagem nº 90/98, que submete à deliberação do Senado o nome do senhor José Viegas Filho, ministro de primeira classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Peru

19h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *MP nº 1.606-18, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; *MP nº 1.609-11, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social; *MP nº 1.619-42, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa; *MP nº 1.628-21, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106 milhões, para os fins que especifica; *MP nº 1.642-41, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios; *MP nº 1.645, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$ 4 bilhões e 400 milhões, para fins que especifica; *MP nº 1.639-39, que dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias; *MP nº 1.646-47, que dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas; *PL nº 1/98-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor de R\$ 64 milhões 784 mil e 121, para os fins que especifica; e *PL nº 3/98-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1998, e dá outras providências

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 134/95, que regulamenta o parágrafo 3º do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares de exercer a profissão; *MSF nº 100/98, solicitação do governo federal para contratar operação de crédito externo, junto ao Peene Werft GmbH, no valor de US\$ 51.318050,88, destinada ao financiamento parcial da aquisição de bens e serviços de origem alemã, no âmbito do Programa de Reaparelhamento da Marinha; *PLC nº 3/98, que dispõe sobre a multa incidente sobre os débitos das Prefeituras Municipais para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e *OFS nº 24/98, solicitação do governo do Rio Grande do Norte a respeito do contrato de confissão, promessa de as-

sunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 26.11.97, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 57.272.678,32. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Mista de Medida Provisória Pauta: *MP nº 1.645, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$ 4.400.000,00, para os fins que especifica. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: *Relatório às emendas apresentadas ao PDL referente às contas do presidente da República de 1996; e *Requerimentos de autoria do deputado Paulo Bernardo. Plenário nº 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

ESPECIAL

14h - 3ª Teleconferência

Pauta: Estratégias de Obtenção de Recursos Federais - Programa Comunidade Solidária. Sala 2 - Ala Senador Nilo Coelho

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (1º.04.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 44/97 - que dispõe sobre a inclusão das liquidações do Banco de Roraima S.A. - Banroraima e da Companhia Usinas Nacionais - CUN, no rito processual da Lei nº 8.029/90; *PDL nº 59/97, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas relativo ao ingresso do Brasil, na qualidade de membro pleno, no Comitê do Aço da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE; *PDL nº 131/97, que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Brasil e a França; *PDL nº 143/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Brasil e a Itália; e *PLS nº 220/97, que estabelece as Diretrizes Nacionais de Defesa Civil

Quinta-feira (2.04.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PDL nº 145/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de turismo, celebrado entre o Brasil e a Espanha; *PDL nº 146/97, que aprova o texto do Estatuto da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado; e *Requerimento nº 177/98, no qual o senador Leonel Paiva solicita tramitação conjunta da PEC nº 43/97, com a nº 63/95, por versarem sobre a extinção de tribunais e juízos especializados em matéria trabalhista

COMISSÕES

Quarta-feira (1º.04.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PEC nº 2/95, que retira a exigência constitucional de o parlamentar somente poder ser processado com prévia licença de sua Casa (tramitando em conjunto com as PECs nºs 3/95 e 10/97); e *PEC nº 18/97, que amplia a competência do tribunal do júri para julgar todos os crimes dolosos contra a vida, "independente de quaisquer privilégios ou prerrogativas de outro foro". Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para instrução do substitutivo da Câmara ao *PLS nº 93/93, que regulamenta o setor de planos e seguros de saúde.

Convidados: Dr. Roberto Cury, Associação Brasileira de Serviços de Assistência à Saúde Própria e Empresas - ABRASP; Dr. Mário César Scheffer, Conselho Nacional de Saúde; Dr. Waldir Paiva Mesquita, presidente do Conselho Federal de Medicina; Dr. Antônio Celso Nacol, presidente da Associação Médica Brasileira; e Dr. Eurípedes B. Carvalho, presidente da Federação Nacional dos Médicos. Sala 3 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

Cultura ao Melo-Dia

Filme: *Fica Comigo*, de Tisuka Yamasaki. Auditório Petrólio Portella

Quinta-feira (2.04.98)

10h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 12/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes, alterado pela Lei nº 8.859/94; *PLC nº 61/97, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação ambiental; *PLS nº 263/95, que dispõe sobre a educação à distância; e *PDL nº 115/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Maratã Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sant'Ana do Livramento, estado do Rio Grande do Sul. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

Congresso vota MPs e liberação de créditos

O Congresso Nacional tem sessão conjunta hoje, às 19h, com uma pauta contendo 53 medidas provisórias e quatro projetos de lei com autorizações para liberação de créditos suplementares e crédito especial. Os projetos prevêem novos créditos para o Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 123,7 milhões, e de R\$ 54,9 milhões para o Ministério da Justiça.

Entre as medidas provisórias estão as que determinaram a extinção da Companhia

de Navegação Lloyd Brasileiro, da Sunab, do Inan e da Ceme e que criaram gratificações de desempenho e eficiência nas áreas dos ministérios da Justiça, Agricultura, Aeronáutica e Relações Exteriores.

Poderão ainda ser votadas as MPs que reestruturaram a Eletrobrás, criaram o Fundo de Garantia à Exportação e estabeleceram mecanismos para incentivar a redução da presença dos estados na atividade bancária.

TV Senado debate prevenção ao câncer

O novo programa da TV Senado "Mulheres em Debate" vai discutir hoje o "Viva Mulher", projeto de prevenção do câncer ginecológico destinado a mulheres de 30 a 45 anos, que vem sendo realizado nas capitais brasileiras.

Estarão debatendo o assun-

to a deputada Maria Elvira (PMDB-MG) e a médica Fátima Regina Pinheiro, coordenadora do Programa de Assistência à Saúde da Mulher do Distrito Federal.

O novo programa será transmitido às 8h e às 13h15.

Suplicy fala sobre a situação dos presídios

O Brasil tem um dos piores sistemas carcerários do mundo. A denúncia é do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em entrevista a ser transmitida hoje pela TV Senado.

Além da conversa com o se-

nador, o programa transmitirá, a pedido de Suplicy, cenas de um *clip* do grupo Radical MCS, que também denuncia a situação dramática dos presídios. A entrevista vai ao ar às 7h e às 9h30.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

www.senado.gov.br

Depois de receber em audiência o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, senador recusa-se a comentar nomes do partido que estariam cotados para assumir pasta na reforma ministerial

ACM: reforma ministerial é com FHC

O senador Antonio Carlos Magalhães disse ontem, antes de receber em audiência o presidente do PFL, embaixador Jorge Bornhausen, que a reforma ministerial é assunto de decisão do presidente da República, a quem caberá escolher qual o nome do partido que deverá integrar o governo, sem interferências.

Antonio Carlos não quis opinar sobre as especulações que citavam o próprio

Bornhausen como o possível novo ministro, e reiterou que o PFL está trabalhando com critérios, e não fazendo imposições.

Depois do encontro com o senador, Bornhausen excluiu-se do rol dos "ministeriáveis", alegando que suas responsabilidades na presidência do partido o impedem de colocar-se à disposição do governo. Ele disse que levará ao presidente Fernando Henrique, com

quem se reúne hoje, a manifestação "justa" da bancada do partido no Senado, no sentido de que um dos seus membros, que não esteja concorrendo a mandato nas eleições de outubro, seja aproveitado no ministério.

Bornhausen enfatizou que ficará inteiramente a critério do presidente da República a escolha do nome do senador que passaria a representar a bancada do PFL no Executivo.



Antonio Carlos disse que FHC vai escolher o nome do PFL

Plenário aprecia hoje projeto que reduz taxa de radiodifusão

O plenário do Senado votará hoje projeto oriundo da Câmara que fixa nova tabela de valores para a taxa de fiscalização da instalação de emissoras de rádio e televisão. Fixada no ano passado pela Lei Geral de Telecomunicações, a tabela onerou essas taxas em até 12.000% em relação às cifras então cobradas, razão pela qual a Câmara votou projeto modificando esses valores.



Odacir elaborou substitutivo

anexo alterando a tabela de valores da taxa de fiscalização aprovada pela Câmara, por entender que ela ainda contém distorções.

O parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, onde a matéria foi relatada por José Roberto Arruda (PSDB-DF), é favorável ao projeto como ele veio da Câmara e conclui que o efeito dessa redução nas taxas de fiscalização resultará numa perda de apenas 7% sobre a arrecadação total da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), órgão beneficiário desses recursos.

O relator alega que a redução é perfeitamente suportável pela Anatel, em vista da contrapartida que é viabilizar a sobrevivência das empresas de radiodifusão. Em seu parecer, Arruda afirma que os valores dessa nova tabela são fruto de negociações entre o Congresso e o Poder Executivo, resultando de uma avaliação mais realista dos recursos



Arruda: "Redução suportável"

necessários ao funcionamento da Anatel.

Ele ressaltou que para as classes mais altas das estações de radiodifusão, em frequência modulada, que correspondem ao uso de tecnologias mais sofisticadas, o projeto apresenta valores superiores aos aprovados no ano passa-

do. Arruda explicou ainda que a taxa de fiscalização de instalação incide uma única vez na vida econômica de uma empresa de telecomunicações, exatamente quando ela é instalada.

No substitutivo que vai defender em plenário, o senador Odacir Soares diz que pretende aperfeiçoar essa tabela, levando em conta que vivemos em uma economia estável e que a Constituição Federal consagra o primado da iniciativa privada. Ele afirma que os valores das taxas da Lei Geral de Telecomunicações foram calculados sobre o faturamento máximo possível das emissoras, ou seja 25% do tempo de permanência no ar em comerciais, o que considera "absolutamente impraticável".

Alcântara elogia escola para tribo tremembé

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou o curso de formação de professores indígenas preparado pela Fundação Missão Tremembé, organização não-governamental com sede em Fortaleza. Segundo ele, com essa iniciativa a sociedade indígena tremembé, localizada em Almofala, litoral cearense, a 300 km de Fortaleza, tem atendida a "velha reivindicação" de ter uma escola capaz de valorizar a sua história e tradição cultural.

Lúcio Alcântara disse que a iniciativa garante o direito constitucional de as comunidades indígenas contarem com escola específica e diferenciada. "Só com essa escola a comunidade indígena poderá superar os obstáculos que lhe são impostos", frisou o senador cearense.



Alcântara: direito indígena

Outras votações

Também hoje, o plenário vota projeto de resolução criando o Grupo Parlamentar Brasil-Espanha, destinado a promover a cooperação entre os Legislativos dos dois países.

Constam da pauta projeto de lei da Câmara que altera cargos DAS da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral e projeto de decreto legislativo, que renova a permissão outorgada à Rádio Tropical FM de Itapeceira da Serra, cidade do interior paulista.

Na mesma sessão, o Sena-

do vota atos renovando ou não as concessões da Rádio Brasil Sociedade Limitada, de Valinhos (SP); da Rádio Brasil de Adamantina Ltda, de Adamantina (SP); e da Rede Tocantins de Comunicação Ltda., de Porto Nacional (TO).

Os senadores também deliberam sobre a indicação de José Viegas Filho, ministro de primeira classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Peru.

Projeto do senador Pedro Simon, prevendo fórmulas para as entidades representativas da população atuarem no processo orçamentário, é um dos itens na pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

CAE analisa participação popular no Orçamento

Entre as matérias que deverão ser examinadas e votadas hoje, às 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) inclui-se o projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário. O relator da proposta, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), antecipou que apresentará sete emendas e dará parecer favorável.

A CAE, que deverá ser presidida por seu vice-presidente, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), também apreciará o substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) que institui uma reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão.

PETROBRÁS

A pauta da Comissão de



Simon é autor do projeto

Assuntos Econômicos (CAE) tem 11 itens, entre os quais uma mensagem solicitando US\$ 271.017.228,95, junto ao Eximbank, destinados ao financiamento da importação de bens e serviços, no âmbito do projeto Gasoduto Brasil-Bolívia. Com parecer favorável do relator, senador Romero Jucá (PFL-RR), a mensagem propõe a elevação do endividamento da Petrobrás naqueles valores, com vistas às obras do gasoduto.



Suplicy antecipa parecer favorável

Os senadores que integram a CAE ainda deverão discutir e votar solicitação do governo de Sergipe para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil, no valor de R\$ 17.314.776,79. A operação já tem parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e deverá se realizar no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur).

Contas do presidente da República serão debatidas em comissão

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, às 15h, para apreciar o relatório às emendas apresentadas ao projeto de decreto legislativo referente às contas do presidente da República de 1996. O relator é o senador Jefferson Péres (PSDB-AM), que já rejeitou as emendas oferecidas por integrantes da comissão.

Também serão apreciados oito requerimentos apresentados pelo deputado Paulo Bernardo, solicitando informações sobre programas e/ou projetos nas áreas sociais, científica e tecnológica aos ministros da Marinha, da Aeronáutica e do Exército. O deputado também solicita informações ao presidente da



Jefferson rejeita as emendas

Caixa Econômica Federal sobre o programa "Habitar Brasil" e ao secretário da Receita Federal sobre incentivos concedidos no âmbito da Sudam e Sudene, conforme os Demonstrativos de Benefícios Tributários na Proposta Orçamentária para 1998.

Lauro critica "fome de poder" e cegueira diante da crise

A "fome de poder" do presidente Fernando Henrique Cardoso é tão grande, na opinião do senador Lauro Campos (PT-DF), quanto a cegueira com que o governo se comporta diante do aprofundamento da crise. "Para o desemprego, as falências e o desespero, a solução à vista é apagar o fogo através de falsas estatísticas", disse.

Em 1994, lembrou o senador, Maurílio Ferreira Lima, que depois seria aquinhoadado com a presidência da Radiobrás, declarou à revista *Isto É* que "inventou a reeleição." À época, o senador disse ter denunciado o que seria, a seu ver, "uma guerrilha pela permanência no poder", mas o TRE considerou a entrevista como prova insuficiente do que ele alegava. No campo institucional, segundo Lauro Campos, a atividade político-partidária continua sendo instrumentalizada pelo "toma-



Lauro lamenta atitudes do governo

lá-dá-cá" e pelas promessas de partilha do poder, o que seria coerente com afirmação do presidente de que governaria com partidos de A a Z: "Isso reflete sua concepção de política e de partido político."

Além disso, acrescentou Lauro, "mantém-se a contínua, perpétua e eterna falta de fiscalização", de modo que, "como sempre, há leis que não pegam, principalmente as que não pegam ladrões, contrabandistas, pianistas, etc."

O senador também apontou

o que, a seu ver, seria uma contradição oficial em relação ao fogo que atinge Roraima: "avisado a tempo, não tomou as devidas providências e, com o incêndio fora de controle, o governo que mais desnacionalizou o país em termos econômicos, agora declara que o fogo de Roraima é nosso. A Petrobrás e a Eletrobrás não são nossas, mas o fogo de Roraima, sim", completou.

Outro aspecto salientado foi o que o senador denominou de "David Copperfield", ou seja, "o fato de o governo ter recebido cerca de R\$ 19 bilhões com a venda de estatais e, num passe de mágica, desaparecer com esse dinheiro". Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse que "a vontade de poder é tão grande que ainda não se deu a primeira reeleição, mas os jornais noticiam que, na intimidade do Planalto, já se fala em segunda reeleição".

Conferência mostra como obter recursos

A 3ª Teleconferência promovida pelo Senado sobre "Estratégias de Obtenção de Recursos Federais" será aberta hoje, às 14h, pelo presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, e pela presidente do Conselho Nacional do Comunidade Solidária, Ruth Cardoso, enfocando o Programa Comunidade Solidária.

A iniciativa tem por objetivo fornecer aos prefeitos o maior número possível de informações a respeito de obtenção de verbas, já que muitos municípios deixam de receber dinheiro por desconhecimento do caminho a ser seguido ou ficam dependendo de intermediários para conseguir os recursos.

A transmissão será feita ao vivo, por meio de telões instalados nos auditórios dos órgãos do Ministério da Fazenda existentes nas capitais e principais

idades brasileiras. O acesso à teleconferência será possível, também, nos locais que têm antena parabólica, mediante a sintonização do canal Transponder 6 - A2, polarização horizontal, frequência 3930 - ou frequência 1220, para os que dispõem da Banda L.

A organização dessas teleconferências está a cargo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). A primeira tratou das estratégias de obtenção de recursos federais sem intermediação, e a segunda, do mesmo tema, restrito à área de saúde. As teleconferências são destinadas também a vereadores e deputados estaduais. Elas são assistidas, em média, por sete mil pessoas. Maiores informações podem ser obtidas através dos telefones (061) 311-1391 e 311-1395.

Ramez Tebet elogia medidas contra aftosa

As ações desenvolvidas em Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul, para evitar que os casos de febre aftosa detectados no município se propagassem pelo estado mereceram destaque ontem do senador Ramez Tebet (PMDB-MS). A rapidez e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos no local para controlar a situação foram elogiadas pelos participantes da 25ª Reunião da Comissão Sul-Americana para a Luta Contra a Febre Aftosa (Cosalfa), realizada em Campo Grande (MS), no período de 23 a 27 de março.

- Esse fórum internacional tem como objetivo traçar a linha de combate à febre aftosa na América Latina desenvolvendo propostas de ações contra esta enfermidade, unindo esforços entre países e regiões, na busca da erradicação continental da doença até o ano de 2007 - observou Tebet.

As medidas implantadas em



Tebet defende ação continental

Porto Murtinho, segundo o senador Ramez Tebet, incluíram a interdição do município e a implantação de barreiras para o controle do trânsito de animais, a limpeza e desinfecção das propriedades-foco e o sacrifício de quase 1.500 cabeças de gado bovino. Todas as ações foram reconhecidas como eficazes na 25ª Cosalfa, que contou com a participação de representantes do Brasil e 10 outros países.

João Rocha pede mais recursos para Unitins

A concentração de verbas nas universidades do Centro-Sul foi criticada pelo senador João Rocha (PFL-TO), que pediu mais recursos para o ensino superior de Tocantins. Segundo o senador, dos R\$ 4,5 bilhões liberados por ano para as universidades federais, um quarto destina-se aos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Os dados colhidos nos orçamentos do Ministério da Educação nos anos de 1996 e 1997, conforme o senador, indicam que o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro, o Paraná, o Distrito Federal e Minas Gerais rece-

bem anualmente mais de R\$ 10 mil por aluno, enquanto os estados da região Norte ficam, em média, com menos de R\$ 6 mil. Nos estados do Amapá, Roraima e Rondônia o investimento por aluno/ano é ainda menor: menos de R\$ 3 mil.

Tocantins, que não tem universidade federal e somente a Universidade Estadual (Unitins), recebeu em 96 a média de R\$ 248 por ano. Em 97, os recursos por aluno estiveram em torno dos R\$ 700. Para este ano, afirmou, a média por aluno deverá ficar em R\$ 2 mil. Este quadro, afirma o senador, torna Tocantins o estado "mais penalizado", com "a menor média por aluno/ano do país".

Apesar de compreender os "compromissos históricos" do MEC com a universidade pública, o senador acredita que a concentração de recursos nos grandes centros estimula "a migração de jovens para as regiões Sul e Sudeste". Rocha defende a distribuição dos recursos do MEC como instrumento de combate às desigualdades regionais e de fixação do homem em sua origem.



João Rocha adverte para migração

Representantes de médicos, hospitais, empresas de seguro e de organizações de defesa do consumidor serão ouvidos até amanhã

CAS promove audiências sobre planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado, presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), promove hoje e amanhã novas audiências públicas sobre a regulamentação dos planos e seguros de saúde. Os senadores discutirão o tema com representantes de médicos, hospitais, empresas de seguro-saúde, organizações de defesa do consumidor e dos ministérios da Fazenda e da Saúde. Os debates começarão às 17h, na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os senadores debaterão hoje as propostas de mudança na legislação dos planos e seguros de saúde com Júlio Bierrenbach, representante da Federação Nacional de Seguros (Fenaseg); Maria Estela Gregori, do Procon-SP; Marilena Lazarini, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); Edmundo Castilho, presidente da Unimed (cooperativa



Rocha quer mudar o projeto

de médicos e hospitais); Da-goberto José Steinmeyer, da Associação Brasileira das Empresas de Medicina de Grupo (Abramge); e com um representante do Ministério da Fazenda.

Já os debates de amanhã terão a participação de representantes da Associação Brasileira de Serviços de Assistência à Saúde Próprios e de Empresas (Abrasp), Roberto Cury; do Conselho Nacional de Saúde, Mário César Sche-



Ademir preside a comissão

ffer; do Conselho Federal de Medicina, Valdir Mesquita; da Associação Médica Brasileira, Antonio Celso Nassif; da Federação Nacional dos Médicos, Eurípedes Carvalho; e do Ministério da Saúde. O relator do projeto no Senado, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), pretende introduzir diversas mudanças na proposta aprovada pela Câmara dos Deputados.

Nabor alerta para contaminação por mercúrio no Acre

A contaminação por mercúrio - metal pesado nocivo à saúde e que pode até matar - se alastra na cidade de Rio Branco, deixando os moradores apavorados, segundo afirmou o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), ao informar que já foram comprovados 400 casos de doenças.

Nabor disse que, além da senadora Marina Silva (PT-AC), o prefeito de Rio Branco, Mauri Sérgio, e seu secretário de Saúde, Carlos Beyruth, também estão contaminados pelo mercúrio, que

atinge indistintamente pessoas que pescam ou compram peixe para consumo regular, o que praticamente inclui todos os acreanos.

O senador assinalou que, de acordo com pesquisa do Instituto Evandro Chagas, de Belém, cerca de 50% das análises do tecido capilar da população de Rio Branco apresentaram taxas superiores à considerada suportável pelo organismo, segundo a Organização Mundial de Saúde.

Destacando reportagem do jornal *A Gazeta*, de Rio Bran-



Nabor vê população em risco

co, sobre o assunto, Nabor Júnior observou que "a sociedade acreana já está cumprindo sua parte, denunciando, através da imprensa livre e consciente, a gravidade da situação".

A medida, segundo a senadora, diminui o alcance do Estatuto da Criança e do Adolescente, que ainda não foi colocado inteiramente em prática

Benedita critica redução da idade penal

A idéia de se reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos foi criticada ontem pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ). Ela é contrária a essa alteração constitucional que, em sua opinião, acabará por reduzir o alcance do Estatuto da Criança e do Adolescente. A mudança consta de quatro propostas de emenda em tramitação no Senado Federal.

A senadora mencionou documento produzido pela Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (DF), segundo o qual o estatuto ainda não foi inteiramente colocado em prática. Se ele fosse cumprido integralmente, diz o documento, haveria um número muito menor de adolescentes envolvidos em crimes graves.

A Justiça do DF lamenta as condições de assistência à criança e ao adolescente infrator. O texto citado pela senadora afirma que há uma psicóloga para cada 600 menores, e uma assistente social para cada 800 famílias.

Benedita lembrou que, desde o Direito Romano, a efetiva aplicação da sanção

é o maior fator de inibição do crime, e não a maior ou menor graduação da pena. Ressaltou ainda que é a crise social como um todo, e não somente o setor da segurança, que exige hoje uma maior atenção dos governantes.

- Alguém desconhece que a disparada da violência tem no crescimento da desocupação uma de suas fatais determinantes? - questionou.

Benedita destacou que houve uma redução de 83 mil vagas apenas na indústria paulista, ano passado, e outras 6,7 mil demissões nas instituições financeiras. Ela citou discurso do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), que trouxe dados do IBGE demonstrando que em apenas dois meses, de dezembro do ano passado para janeiro deste ano, a taxa de desemprego nacional saltou de 4,84% para 7,25% da população economicamente ativa, o maior índice desde agosto de 1984.

A senadora afirmou que o Produto Nacional Bruto (PNB) brasileiro subiu para cerca de US\$ 800 bilhões, o que não se refletiu na distri-

buição de renda.

- Esta riqueza, na verdade, é aparente, porque não é nossa, faz parte do capital volátil que veio atrás das altas taxas de juros e que também não está nem um pouquinho preocupado com o nosso desemprego. Uma grande parte vai para o bolso dos especuladores "globalizados" e para o financiamento de empresas multinacionais. O que sobra fica para os ricos - destacou.



Benedita diz que crise é social

Senadora denuncia sistema carcerário

A denúncia contida no último relatório da Comissão dos Direitos Humanos da ONU que coloca o Brasil como possuidor de um dos piores sistemas carcerários do mundo causou indignação na senadora Benedita da Silva. Ela cobrou das autoridades uma distribuição mais justa das riquezas que "temos e produzimos".

- Enquanto os governantes deste país tentam apagar

qualquer resquício do episódio do Carandiru, os membros da Comissão da ONU tomam ciência dos horrores que continuam ocorrendo no sistema penal brasileiro - afirmou.

A senadora disse que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também divulgou estudo no qual associa a estagnação da economia da América Latina aos altos índices de violência.

Nabor pede voto de pesar por morte de jornalista

O Senado vai fazer constar em ata voto de pesar pelo falecimento do jornalista José Chalub Leite, ocorrido sexta-feira, em Rio Branco, Acre. Requerimento nesse sentido, de iniciativa do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), foi aprovado ontem pelo plenário.

Nabor pediu também que sejam enviadas as condolências do Senado à família do jornalista e ao jornal *A Gazeta*, de Rio Branco. O senador lembrou os trabalhos desenvolvidos pelo jornalista na imprensa acreana e em

veículos nacionais como correspondente das revistas *Veja* e *Placar*; e do jornal *O Globo*. Segundo Nabor, coube a Chalub fundar a Associação dos Cronistas Esportivos do Acre, a Associação Profissional dos Jornalistas do Acre e a Federação Acreana de Pugilismo, entre outras entidades.

- O Acre está mais triste, mais pobre, com a perda do jornalista. Poucos tiveram por nosso povo e nossa região tanto amor e tanto empenho. O acreanismo, do brilhante jornalista e estimado amigo que perdemos, era - e conti-

nuará sendo - um exemplo de lição para todos nós porque só quem se devota com vigor e sinceridade às próprias raízes é capaz de construir uma vida fecunda e digna, como ele construiu - afirmou o senador em Nota Oficial.

Em mensagem dirigida ao jornalista Silvio Martinello, diretor do jornal *A Gazeta*, Nabor Júnior também lamentou a morte de Chalub.

O senador Bello Parga (PFL-MA), na presidência dos trabalhos, associou-se à homenagem prestada ao jornalista acreano.

Lobão registra homenagem a Jorge Amado

O senador Edison Lobão (PFL-MA) registrou a iniciativa da Universidade de Sorbonne, que concedeu o título de Doutor Honoris Causa ao escritor Jorge Amado. O autor de "Gabriela" encontra-se em Paris, integrando a delegação brasileira formada por 35 escritores, a convite do governo francês, que este ano homenageia a literatura brasileira no 18º Salão do Livro.

Lobão entende que, através de seus personagens, Amado "aponta os males da República e indica o bom caminho a ser seguido pelos homens de bem". Segundo Lobão, é também por essas qualidades que ele é considerado "um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos".

Ignácio faz alerta contra as drogas

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) alertou a sociedade brasileira no sentido de que as ações preventivas contra o uso de drogas no país passem a ser uma prática constante e determinada.

Preocupado com o comprovado aumento do uso de tóxicos, principalmente entre os jovens de 11 a 18 anos, o senador referiu-se a uma pesquisa elaborada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), feita junto a 2 mil e 465 alunos, que comprova que os números do consumo nesse segmento é "alarmante".

- A precocidade no consumo de álcool, tabaco, maconha, cocaína, solventes e tranqüilizantes é um fato - disse o senador. Segundo ele, os números da UERJ dão conta de que 80% dos entrevistados revelaram já ter consumido drogas, com destaque para as bebidas alcólicas.

Dentre as ações oficiais preventivas adotadas pelas autoridades do governo federal, citou o Programa de Ação Nacional Antidrogas (Panad), lançado em 1996, que prevê atuações harmônicas nas áreas de prevenção, repressão e de recuperação e reinserção social de dependentes.

O Panad, lembrou o senador, age coordenado pelo Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), ministérios militares, da Justiça, Saúde, Relações Exteriores, Fazenda e de Educação e Desportos, mas carece ainda de uma maior participação da sociedade para que os resultados sejam positivos.

- Como acontece com a medicina, prevenir é melhor que remediar - ressaltou.



Ignácio pede prevenção

Governo pretendia regularizar novo condomínio rural, com prédios de apartamentos, entre as cidades de Sobradinho e Planaltina, que abrigaria 200 mil pessoas

Saad teme inchaço populacional no DF

A idéia de criação do condomínio rural Alto da Boa Vista, numa área de 460 hectares, entre as cidades de Sobradinho e Planaltina, ambas do Distrito Federal, foi considerada "criminosa e oportunista" pelo senador José Saad (PMDB-GO). O projeto previa a construção de 1.008 unidades multifamiliares em blocos de apartamentos que poderiam abrigar 200 mil pessoas.

A própria Secretaria de Habitação do governo do Distrito Federal suspendeu a apreciação do processo de regularização desse condomínio, alegando a necessidade de fazer novos estudos sobre a capaci-



Fluxo migratório preocupa Saad
dade urbanística e de captação de recursos hídricos na região.

Na opinião de Saad, mais chocante que as dúvidas levantadas em torno desse projeto é a idéia de acrescentar 200 mil pessoas a uma área densamente povoada, como a de

Sobradinho, ainda mais quando toda estimativa sobre nível populacional sempre supera a teoria.

- A implantação do projeto agravaria de maneira insuportável os equipamentos urbanos já comprometidos com os altos índices populacionais do Distrito Federal - ressaltou.

José Saad advertiu que a situação das vias de acesso a Brasília, nos horários de maior demanda do trânsito, já é dramática. Ele testemunhou que a estrada que liga Sobradinho a Brasília exige dos usuários, às primeiras horas da manhã, "exercício de paciência e serenidade".

Segundo o senador, essa si-

tuação insustentável tende a agravar-se com o inchaço populacional da periferia da capital, cidade planejada para acomodar apenas 500 mil pessoas. Ele considerou bizarro que os módulos residenciais desse condomínio estivessem projetados para blocos de apartamento, definindo estes como "estranhas formas de moradias rurais".

Saad manifestou seu desejo de que tudo se faça para preservar o Distrito Federal, com medidas eficazes para toda a região do Entorno, "diretamente afetado por toda e qualquer ação desencadeada na capital federal".



Leonel: vazio difícil de preencher

Leonel se solidariza com Ari Cunha

A suspensão da coluna "Visto, Lido e Ouvido", assinada pelo jornalista Ari Cunha, no *Correio Braziliense*, foi lamentada ontem pelo senador Leonel Paiva (PFL-DF). Segundo Leonel, "a ausência das notas inteligentes, humanas e noticiosas, que Ari Cunha escreve desde 1960, provoca um vazio difícil de preencher". O colunista afastou-se na última sexta-feira do jornal, ao ver seu nome envolvido em processo da Polícia Federal que investiga acusações de contrabando contra o seu neto.

O senador se solidarizou com o jornalista, registrando o grande número de manifestações de apoio que vêm chegando à redação do *Correio Braziliense*.

- Todos nós compreendemos a posição deste pai e avô ardoroso, do empresário sério, reconhecendo a grandeza do homem que tanto lutou por Brasília, defendendo seu povo, sua cultura e seus criadores - afirmou.

Amorim condena perseguição às rádios comunitárias

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) protestou ontem, em plenário, contra ação da Polícia Federal, que está fechando rádios comunitárias em seu estado, alegando que elas não estão obedecendo aos dispositivos de lei recentemente aprovada.

- Estranho que, num estado com problemas de segurança, com uma fronteira aberta com a Bolívia onde

passa a cocaína e atuam traficantes de drogas, a Polícia Federal esteja sendo usada para perseguir pequenas emissoras de rádio sem fins lucrativos - disse.

Para Amorim, devem ser os interesses dos grandes grupos de comunicação no país que estão patrocinando essa perseguição. "A Lei 9.612, de 19 de fevereiro do corrente ano, prevê um prazo de 120 dias

para que o governo baixe os atos complementares necessários à regulamentação das rádios comunitárias. Somente depois dessas providências, poderá o Ministério das Comunicações exigir que essas emissoras obedeçam aos dispositivos da lei", argumenta.

Há emissoras sendo fechadas depois de 22 anos de funcionamento em Rondônia, espanta-se Amorim. "Amanhã (hoje), vou pessoalmente ao Ministério das Comunicações para protestar contra a orientação de fechar essas rádios comunitárias. Espero que, enquanto a lei não estiver regulamentada, seja exercida uma tolerância", anun-



Amorim pede tolerância

ciou. O senador explicou que essas emissoras prestam um serviço importante: são as únicas que se preocupam com os assuntos de interesse comunitário, que não sensibilizam as emissoras de grande porte ou suas repetidoras.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre a situação dos presídios no país

8h - "Mulheres em Debate" - a deputada Maria Elvira (PMDB-MG) e a médica Fátima Regina Pinheiro debatem os programas de assistência à saúde da mulher

9h30 - Entrevista com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre a situação dos presídios no país

10h - Comissão de Assuntos Econômicos - discussão do projeto de lei que cria regras mais rígidas para o endividamento de estados e municípios (vivo)

13h15 - "Mulheres em Debate" - a deputada Maria Elvira (PMDB-MG) e a médica Fátima Regina Pinheiro debatem os programas de assistência à saúde da mulher

14h30 - Sessão plenária (vivo)

Logo após: Comissão de Assuntos Sociais - audiência pública para instrução do substitutivo da Câmara que regula-

menta os planos e seguros de saúde, com representantes da FENASEG, PROCON, IDEC, UNIMED

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - "Agenda Econômica" - Debate com a participação do deputado federal Celso Russomano (PPB-SP) e da diretora do PROCON/DF Lena Santiago, sobre as mudanças no Código de Defesa do Consumidor

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Especiais

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de

reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

14h15 - "Plenário em revista"

14h30 - Sessão plenária

17h - Comissão de Assuntos Sociais

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

0h - Retransmissão da sessão plenária

3h - Música e informação até às 7h30



Odacir: acesso rápido e barato

Odacir quer interligar país através de hidrovias

O senador Odacir Soares (PTB-RO) defendeu a interligação da Hidrovia Paraguai-Paraná à Bacia Amazônica, via Rio Guaporé. O projeto permitirá a integração via fluvial do norte de Mato Grosso, do leste da Bolívia, dos estados de Rondônia, do Acre, do Amazonas e do Pará ao Mercosul. Ele afirmou que o Brasil, "ainda que tardiamente, está despertando para o transporte de cargas por hidrovias".

A proposta apresentada pelo senador baseia-se em estudo do geógrafo Abnael Machado Lima, da Universidade Federal de Rondônia (Unir). O objetivo da proposição é integrar as cidades de Manaus, Boa Vista e de Roraima aos centros industriais e comerciais das regiões Sudeste e Sul do Brasil e da região da Bacia do Prata, no Paraguai, Uruguai e Argentina.

CANAL NAVEGÁVEL

A proposta prevê a construção de um canal navegável em Camapuã, com uma extensão aproximada de 18 quilômetros, permitindo a ligação do rio Alegre ao Jauru. O mesmo projeto chegou a ser analisado no Brasil Colônia, quando, em 1773, foi apresentado ao rei de Portugal.

Para Odacir Soares, a interligação do Mercosul e da área do Caribe, através da Venezuela, Guiana e Colômbia, ao porto de Belém, viabilizará um acesso mais rápido e mais barato aos Estados Unidos, Canadá, Europa e norte da África, via Oceano Atlântico.

Congestionamento na BR-116 pode ser evitado com estímulo ao transporte de cargas por outra via, interiorizando o desenvolvimento

Campos propõe nova rota de acesso ao Mercosul

"É preciso interiorizar o Mercosul, impedindo que venha a favorecer algumas regiões do Brasil em detrimento de outras, contribuindo para as tendências de segregação regional", enfatiza o senador Júlio Campos (PFL-MT), propondo uma diversificação dos troncos de transporte no país, para escapar do modelo de concentração litorânea e conseguir a integração das regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste ao Mercosul.

Como alternativa a esse modelo, Campos propõe a diversificação dos troncos de transporte, começando pelo oeste de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Em seguida, o Triângulo Mineiro e, aos poucos, agregando o norte de Minas, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. "Para viabilizar essa proposta, é indispensável um esforço conjunto do governo federal, estados e municípios", alertou.



Campos: diversificação necessária

Entre as primeiras providências, Júlio Campos cita a necessidade de reforçar o eixo da BR-153, que passa por Passo Fundo, União da Vitória, São José do Rio Preto e Goiânia. "Esse já seria um importante passo de interiorização de desenvolvimento e racionalidade estratégica. Também se poderia propiciar melhorias imediatas nos trechos rodo-

viários de maior demanda, bem como promover a construção e operação de postos fiscais internacionais, nas rotas alternativas, para consolidar esses eixos como rotas de integração do Mercosul", ressaltou o senador.

Para Júlio Campos, a principal rota de comércio do Mercosul está centrada hoje no eixo rodoviário São Paulo-Buenos Aires. "O transporte de mercadorias comercializadas com a Argentina e o Uruguai passa pelo eixo da BR-116. Até mesmo com o Paraguai, o comércio passa pela BR-116, no trecho São Paulo e Curitiba", critica.

- Essa rota quase litorânea consolidou-se pela atração dos grandes centros industriais e consumidores. Entre outras desvantagens, a concentração na BR-116 provoca saturação em vários segmentos, contribuindo para os congestionamentos crônicos na cidade de São Paulo.



Machado é o autor do projeto

Romeiros poderão viajar em caminhões

Os romeiros do interior do Norte e Nordeste poderão ter permissão para serem transportados em veículos de carga ou mistos, onde não houver linha regular de ônibus. É o que estabelece projeto de lei apresentado pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE), alterando o Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de que seja concedida licença especial para eles. Esse tipo de transporte, tradicionalmente usado nas peregrinações religiosas dessas regiões, foi proibido conforme o artigo 108 da nova lei, em vigor desde janeiro passado.

De acordo com o senador, o novo código é um texto legal que enfrenta os problemas do dia-a-dia do trânsito brasileiro e buscou aplicar o que existe de mais moderno em leis e engenharia de tráfego para o país.

- Se tal previsão denota a sabedoria do Congresso Nacional, é forçoso reconhecer que a riqueza e a diversidade da cultura religiosa nacional impõem ao cidadão, em especial ao nordestino e nortista, peregrinações e romarias em locais específicos, além de outros eventos onde não há oferta de transporte coletivo de passageiro - argumenta o senador.

Sérgio Machado sustenta que a sua proposta "vai ao encontro dos anseios do sertanejo, que esbarra constantemente na ausência de transporte, utilizando-se do chamado pau-de-arara". A matéria será apreciada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Rocha pede prioridade para transporte fluvial

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) destacou a realização, em Belém, entre 28 e 31 de maio próximos, do I Congresso Internacional de Transporte na Amazônia, estimulando seus organizadores e participantes a debaterem intensamente a prioridade para o desenvolvimento do transporte fluvial no Norte brasileiro.

- Sou um ardoroso defensor da navegação fluvial e creio que a Amazônia tem plenas condições de sair do isolamento através da utilização racional desse importante meio de transporte - disse.

Promoção do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial e Lacustre e da Confederação Nacional dos Trans-

portes, o evento *Trans'98* contará, ainda, com a realização da I Feira Internacional de Transportes na Amazônia (I Fitram). Sebastião Rocha estima que cerca de mil empresários e entidades nacionais e estrangeiros estarão participando do congresso e da feira.

Rocha cumprimentou os promotores pela inclusão de temas como os corredores de transporte no programa do evento, estimulando a definição de "possíveis financiamentos e fontes de recursos para novos negócios". Ele destaca, em especial, a assinatura do termo de fundação do Instituto de Estudos Avançados de Transportes na Amazônia, uma iniciativa do setor privado que terá a participação de órgãos públicos federais, esta-

duais e municipais.

O senador lembrou que desde o começo de seu mandato vem dedicando atenção especial a esse tema. "E recentemente tive a oportunidade de anunciar a abertura da licitação para a construção da hidrovia do Marajó, que irá possibilitar uma ligação mais ágil e eficiente entre Belém e Macapá, reduzindo o percurso em cerca de 200 quilômetros", destacou.

Rocha alinha, "também como obras de vital importância para o desenvolvimento da Amazônia", a construção das hidrovias Araguaia-Tocantins e do rio Madeira, que "contribuirão para reverter a vocação de isolamento da região amazônica".